

Narrativas da transição: o papel dos livros nas “batalhas de memória” sobre a ditadura no Brasil¹

Marcio de Souza CASTILHO²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Os momentos de transição em sociedades que passaram por violências políticas são marcados por disputas de memória de modo a conformar interpretações dominantes sobre o passado autoritário. No Brasil, as operações de apropriação sobre o significado da ditadura militar tiveram como marco o processo de anistia, a partir da segunda metade da década de 70. O artigo tem o objetivo de examinar parte da produção editorial neste cenário, com ênfase nos livros produzidos por opositores e defensores do regime. A pesquisa, apoiada em revisão bibliográfica no campo da memória e da história, desnaturaliza a ideia de que os militares teriam sido derrotados nas “batalhas de memória” sobre o período e aponta para as permanências dessas disputas na realidade política contemporânea do país.

PALAVRAS-CHAVE: Anistia; Democracia; Ditadura; Memória; Livros

Introdução

A historiografia sobre a ditadura registra as diferentes representações em disputa sobre o passado traumático decorrente da vigência de um regime autoritário. São nos momentos de transição ou “pacificação” em sociedades que vivenciaram intenso processo de violências políticas que se verificam tentativas de elaboração sobre o passado a partir dos trabalhos de memória. No Brasil, esse processo teve como marco o ano de 1979, quando foi sancionada a Lei 6.683, conhecida como a Lei da Anistia, momento-chave da lenta e controlada política de distensão anunciada no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Sobre as disputas em torno da Campanha pela Anistia naquele contexto, a partir da reflexão de Reis Filho, observa Cardoso (2012, p. 151/152):

duas vertentes se destacaram nessa luta: a primeira ao defender a anistia ampla, geral e irrestrita reivindicava também uma apuração dos crimes da ditadura e a punição dos responsáveis pela execução da tortura como política de Estado, bem como o desmantelamento dos órgãos de

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor associado do curso de Jornalismo, vinculado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), e-mail: mcastilho@id.uff.br.

segurança e informação. A segunda tendência apenas desejava uma anistia que reconciliasse a ‘família brasileira’, sem revanchismos e sem recordar traumas passados. O projeto vencedor todos nós já conhecemos: uma anistia recíproca, beneficiando torturados e torturadores, abrindo fissuras na sociedade ainda hoje não cicatrizadas

Importa reforçar que a memória, ao elaborar respostas sobre o passado, atua sempre com finalidade no presente “com vistas à apropriação de uma única visão do processo vivido durante a atuação do regime militar” (CARDOSO, 2012, p. 232). Neste movimento, a “hegemonia” por dada interpretação do passado (NAPOLITANO, 2015, p. 96) será reivindicada por diferentes atores sociais e políticos que ocupavam lados opostos naquela conjuntura: de um lado, os colaboradores do regime e, de outro, os opositores que faziam a resistência à ditadura tanto no campo institucional quanto nas ações armadas nas cidades ou na guerrilha rural. Em questão, conforme Cerqueira e Motta (2015, p. 157/158), “o controle das representações do passado em busca de garantir direitos e conhecimento social para si no presente, ao passo que tentam negar legitimidade a seus adversários”.

A produção editorial ocupou papel central nestas disputas objetivando conformar uma memória política dominante sobre o período ditatorial no final dos anos 1970 e início dos 80 em publicações de diferentes gêneros. Objetivamos examinar aqui as distintas operações de apropriação do passado autoritário, com ênfase nos livros que evidenciavam a polarização ideológica entre os críticos e os defensores do regime militar, com representações antagônicas sobre os eventos marcantes daquela conjuntura histórica. Ressalva-se que não é o nosso intuito legitimar quaisquer desses discursos na busca de uma verdade histórica, antes entendê-los na perspectiva da memória, a ser disputada conflituosamente por diferentes grupos, posto que funciona como recurso de poder, em torno de interpretações de um passado que se quer preservar. Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa está apoiada em revisão bibliográfica, especialmente no campo da memória e da história, levando-se em conta o contexto político e social mais amplo do processo de abertura política.

Abertura política e mercado editorial

Desde a tortura e morte de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, nas dependências no Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo, em outubro de 1975, os chamados “jornalões” já vinham desafiando a prática dominante

de autocensura nas redações e veiculando de forma mais frequente matérias em defesa da democracia e da liberdade de expressão (ABREU, 2002; KUCINSKI, 1998)³. No caso da imprensa alternativa, notadamente o jornal *Em Tempo* e os semanários *Movimento e Opinião*, a situação dos presos e exilados políticos, os desaparecimentos forçados e a campanha da anistia eram temas recorrentes na cobertura.

Em junho de 1978, o governo retirou a censura prévia dos veículos *Tribuna da Imprensa*, *Movimento* e *O São Paulo*, os três últimos órgãos de divulgação sobre os quais este mecanismo censório ainda incidia. O mesmo ocorreu no rádio e na televisão⁴. Antes de deixar a Presidência, Ernesto Geisel também começou a desmontar outros instrumentos da estrutura autoritária que lhe permitiram manter o controle da liberalização política. Em outubro do mesmo ano, enviou proposta de emenda constitucional ao Congresso, prevendo, dentre as mudanças mais importantes, a revogação do Ato Institucional nº 5, extinto em 31/12/1978. Sem o AI-5, era restabelecido o direito ao *habeas corpus* e estavam revogadas as pernas de morte e banimento.

A possibilidade de retorno dos exilados e a recuperação dos direitos políticos das vítimas perseguidas pela ditadura foram resultado de intensa campanha promovida por entidades de direitos humanos no país e no exterior. Os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) funcionavam como espaço de encontros e debates das forças de oposição ao regime. Como lembra Cardoso (2012, p. 150), a campanha “passou a ser desenvolvida também com os próprios presos políticos se mobilizando, em especial através das greves de fome, em que exigiam melhor tratamento carcerário”. A atuação da Anistia Internacional e do Tribunal Bertrand Russel também ganhou repercussão jornalística de veículos estrangeiros. As denúncias feitas por exilados sobre as arbitrariedades ajudavam a desmistificar uma suposta imagem democrática do regime que os militares tentavam preservar no exterior. A virada da década de 80 viria a ser marcada ainda pela entrada em cena de novos movimentos sociais, fortalecendo os mecanismos de pressão em prol da redemocratização do país, e partidos de esquerda, incluindo a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

³ Outro episódio semelhante ocorreu em janeiro de 1976: o preso político Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos, que estava sob a responsabilidade do II Exército, foi encontrado morto nas mesmas circunstâncias de Herzog. Novamente os militares divulgaram a versão oficial de suicídio. Ainda sob o impacto da repercussão negativa da morte do diretor da TV Cultura, Geisel destituiu o general Ednardo D'ávila Melo do comando II Exército.

⁴ Contudo, a Lei de Segurança Nacional permaneceu em vigor, tipificando crimes de imprensa e atribuindo ao Ministério da Justiça, como observa Abreu (2002, p. 27), “competência para apreender e suspender impressos, caso estes implicassem crimes contra a segurança nacional”. A interferência da Lei de Segurança Nacional sobre a imprensa só terminaria com a aprovação da Lei nº 7.170 durante o governo do general João Batista Figueiredo.

Acompanhando as mudanças neste cenário político, o mercado editorial se diversifica e incorpora títulos dedicados à chamada literatura de testemunho, com números expressivos de exemplares vendidos durante o período de abertura. Dentre os livros de memória, elaborados por escritores que participaram da militância de esquerda armada, destacam-se *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979), e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980), publicados, respectivamente, pela Codecri e Editora Global.

Interessante notar que os autores, em retrospectiva, produzem uma autocrítica sobre as ações armadas como estratégia de combate ao regime militar – uma leitura que, para os críticos das obras memorialísticas sobre a luta armada, era conveniente ao acordo de conciliação pactuado entre os setores dominantes durante o processo de anistia. Reis Filho (1996), a propósito das representações literárias sobre o contexto de maio de 1968 e a opção pela luta armada por jovens egressos do movimento estudantil, questiona o viés romântico e idealizado apresentado no livro de Gabeira, reproduzido também na obra *1968: o ano que não terminou*, do jornalista Zuenir Ventura (1989).

A versão mais difundida apresenta a luta política dos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade, tremenda porralouquice. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões. (...) Com o recuo da ditadura militar e a abertura lenta, segura e gradual, vastos segmentos da sociedade queriam recuperar a história agitada dos anos 60, reconciliar-se com ela, mas na paz, na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso. (...) Gabeira e Ventura seriam mestres neste exercício. Amadurecidos e irônicos, condescendentes, oniscientes, por fora ou por cima do fluxo dos acontecimentos, levam pela mão seus personagens simpáticos incompetentes, em busca de uma utopia inalcançável⁵

Neste painel multifacetado de obras produzidas por quem atuava na resistência à ditadura, matérias investigativas, assim denominadas em jornais e revistas de circulação nacional, também se estenderam para o suporte livro. Constata-se uma predominância de publicações de não ficção de teor jornalístico críticas e contestatórias, buscando desvelar as arbitrariedades do Estado autoritário, tortura, repressão política e resistência armada, incluindo a formação de guerrilhas no enfrentamento ao regime. É o caso dos livros-

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Este imprevisível passado”. Teoria e Debate. São Paulo, 01/07/1996. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/01/este-imprevisivel-passado/>. Acesso 03 jun 2021.

reportagem *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antônio Carlos Fon (1979); *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão (1979); *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela (1979); e *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda (1980), todos publicados pela coleção *Passado & Presente*, da Editora Global.

Já a obra de referência sobre as prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados de opositores do regime militar, *Brasil: Nunca Mais* (BNM) levou cinco anos para ser concluída, tendo sido lançada apenas em 1985, após a posse de José Sarney, primeiro presidente civil desde o golpe de 64⁶. Apesar do processo de anistia, o país ainda vivia um cenário de instabilidade política, com atentados a bomba e tentativas de fechamento político do regime por militares da “linha dura” insatisfeitos com o processo de abertura, que teve continuidade no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985). Em 21 capítulos, o livro contextualiza a montagem do aparato repressivo estatal sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional, publica transcrições de depoimentos com os relatos sobre as torturas, arrolando os nomes dos desaparecidos políticos, e denuncia “o comportamento conivente das autoridades judiciárias” com as violências praticadas pelo Estado (1985, p. 26). Publicada pela Editora Vozes, com versões em português e inglês, a obra teve grande repercussão na sociedade. A primeira edição, de cinco mil exemplares, esgotou-se em 24 horas nas livrarias.

O memorialismo do poder

No período em que o país discutia o processo de redemocratização, uma memória militar também foi se consolidando em torno de uma ideia-núcleo: vitoriosos na “guerra revolucionária” contra as esquerdas, os militares teriam sido derrotados nas “batalhas da memória” sobre o período. Essa versão perpassa um conjunto expressivo de entrevistas concedidas por quem ocupava cargos de comando na ditadura e por livros que compõem o memorialismo do poder, com interpretações consensuadas sobre os diferentes acontecimentos relacionados àquele momento histórico.

⁶ O trabalho, que contou com o apoio dos religiosos Jaime Wright e dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, com financiamento do Conselho Mundial de Igrejas, teve início em agosto de 1979. Um grupo de pesquisadores obteve cópias de 707 processos na íntegra e dezenas de outros parciais que tramitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Uma cópia desse levantamento microfilmado foi enviada para outro país por questões de segurança. Em 1985, ano de lançamento do livro, um relatório de aproximadamente cinco mil páginas, denominado “Projeto A”, também foi distribuído a universidades, centros de pesquisa e entidades de defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior.

Um dos trabalhos de referência nesse campo foi produzido no início dos anos 1990 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reunindo uma série de depoimentos de militares e a visão desses atores políticos sobre o golpe de 1964, a repressão, a abertura política e a formação da Nova República, como viria a ser chamada a fase do Estado brasileiro pós-ditatorial com a promulgação da Constituição de 1988. No segundo volume, dedicado à memória militar sobre a repressão, D’Araújo, Soares e Castro (1994, p. 18) observam que as entrevistas apontam, de modo convergente, o desconforto dos militares quanto à “avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período”. O memorialismo do poder optaria por criticar, nesse sentido, a incompreensão da opinião pública sobre as justificativas para o uso da repressão política nos anos 1960/1970.

É importante observar que muitos militares se ‘queixam’ justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o dono da história (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p. 18)

É controversa a assertiva segundo a qual os militares foram derrotados na luta pela memória histórica sobre o período ditatorial. As Forças Armadas mantiveram o controle sobre o processo de abertura política iniciado nos anos 1970. Enquanto dava demonstrações de abrir um canal de interlocução com a sociedade civil numa política de distensão “lenta, gradual e segura”, o regime permaneceu fazendo uso dos poderes conferidos por legislação autoritária e aparato policial-militar repressivo para cassar parlamentares, fechar o congresso, perseguir opositores e censurar publicações.

Vale lembrar que a lei 6.683/79 concedeu anistia também os torturadores. O pacto de conciliação “por cima” não enfrentou, em mais este episódio, a função estrutural que a violência exerce na formação do Estado brasileiro desde a exploração colonial e o longo período de escravidão, os “dois traumas constitutivos”, conforme Ginzburg (2010, p. 136), do processo histórico do país. Segundo o autor, a história do Brasil não oficial contribui para explicar “a facilidade de instalação e permanência” de regimes autoritários também no período republicano ao longo do século XX.

Sem nunca ter adotado o totalitarismo em sentido estrito (com partido único e controle absoluto da sociedade pelo Estado), o Brasil nunca teve, por outro lado, uma experiência plena de democracia, pois ideologias autoritárias servem como referências de conduta social para grupos expressivos da elite até hoje (ibidem)

De acordo com Pedretti (2021), a Lei de Anistia impôs a impunidade e o esquecimento, sem “nenhuma política pública para lidar com as violências do passado”⁷. A primeira medida mais efetiva só ocorreria dez anos depois da saída dos militares da cena política. A transformação das demandas por justiça e reparação em políticas públicas foi marcada por saltos históricos em diferentes governos no período da redemocratização⁸. Ademais, as tentativas de esclarecer e buscar a responsabilização das violências políticas se deram de forma limitada, na visão de especialistas e atores sociais diretamente impactados por atos de exceção e arbítrio, com forte resistência dos meios militares. As Forças Armadas, por seu turno, sempre receberam boa avaliação em pesquisas de opinião após o fim da ditadura.

Além do trabalho do CPDOC/FGV de levar ao conhecimento do público a memória militar sobre a ditadura, o Projeto de História Oral do Exército também começou a reunir, a partir dos anos 2000, depoimentos de mais de 200 militares e outras dezenas de civis, dentre eles profissionais liberais, que resultaram numa série de 15 volumes para a coleção *1964: 31 de março*, publicada pela Biblioteca do Exército (BIBLIEx). Na apresentação de cada um dos tomos, Jarbas Passarinho, signatário do Ato Institucional nº 5 e ministro da Educação no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), reitera uma perspectiva cara aos militares desde o início da derrocada do projeto autoritário com o processo de abertura política no final dos anos 1970: as esquerdas no Brasil, após serem derrotadas pelo movimento militar de 1964, teriam fomentado a ideia do “revanchismo”. Nesta linha de raciocínio, tal representação – dominante no debate público, na produção cultural e nas universidades – também deveria ser combatida por narrativas, superada a

⁷ PEDRETTI, Lucas. “A batalha da memória”. Quatro cinco um. São Paulo. 22 de abril de 2021. Disponível em: https://quatrocinco.um.folha.uol.com.br/artigos/lauda-a-batalha-da-memoria?fbclid=IwAR2UpjUHCgionryw8PDeObqk_lvP0KmwLsZwHaWzHwZc0ZbpcGep99XTKR0
Acesso 06 maio de 2021.

⁸ Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada em 1995 a Lei 9.140, que dispunha sobre a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2002 o Ministério da Justiça criou a Comissão de Anistia por intermédio da Lei 10.559, incluindo as vítimas de violações dos direitos humanos entre 1946 e 1988 em processos de reparação pelo Estado brasileiro. No final do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou força o debate sobre a abertura dos arquivos da ditadura. A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), através da Lei 12.528/2011, instituída em maio de 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, foi a última medida, desta feita de grande impacto, na apuração sobre as responsabilidades pela violência estatal.

fase mais ostensiva de ações repressivas de combate às ações armadas de grupos “subversivos”.

O projeto Orvil e as narrativas da ditadura

A construção de uma ideia de “revanchismo”, contra a qual a direita identificada com o regime autoritário deveria levantar-se, está na base de um projeto secreto concebido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) no início dos anos 1980 para servir de resposta às denúncias de violações dos direitos humanos apresentadas por presos políticos e familiares das vítimas da ditadura. Denominado de Projeto Orvil, o documento de dois volumes, com 996 páginas, buscava criar uma narrativa de desqualificação do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Partiu do general Leônidas Pires Gonçalves, ainda durante o governo de João Figueiredo, a ideia de as Forças Armadas apresentarem a versão oficial sobre o combate aos “terroristas” de esquerda nos anos de maior repressão. O Orvil – ou “livro” ao contrário – servia, portanto, como um tipo de contrarrelatório ao BNM. A obra, concluída em 1987 sob o título *As quatro tentativas de tomada de poder*, não chegou a ser publicada na ocasião (CARDOSO, 2012) mas desde então algumas cópias, com fragmentos da obra, começaram a circular de forma reservada entre os militares⁹.

O trabalho opera na chave de uma permanente conspiração do comunismo internacional para a “tomada de poder” ao longo do século XX na tentativa de imposição de uma ditadura do proletariado no Brasil. Nas narrativas conspiratórias sustentadas pelo Orvil, as três primeiras tentativas foram frustradas militarmente devido à atuação do Exército brasileiro. Assim a primeira tentativa está situada entre 1922 – com a fundação do PCB, na ocasião chamado oficialmente Partido Comunista do Brasil – e 1954 no contexto de crise política e institucional, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. O período foi marcado pela “Intentona Comunista” de 1935. O segundo momento de subversão da ordem ocorreu entre 1954 e 1964, com a radicalização das políticas defendidas por João Goulart, que tinham apoio de base sindical e popular, interrompido pela deposição do presidente pelos militares. Já a terceira tentativa foi caracterizada pela atuação dos “inimigos internos” em ações armadas de esquerda também derrotadas pelo

⁹ Em 2007, o jornalista Lucas Figueiredo, especializado em temas envolvendo a comunidade de informações durante o Estado autoritário, teve acesso ao Orvil, divulgando as principais diretrizes da obra, publicada finalmente em 2013 coincidindo com o período de realização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

regime: primeiro, em 1972, nas capitais; depois, em 1974, com o extermínio da última experiência de luta no campo, a Guerrilha do Araguaia.

Com a proposta de descompressão política do governo Geisel, começa a quarta tentativa de “tomada de poder”, segundo o Orvil, o momento “mais perigoso” da investida comunista, desta vez infiltrada nas instituições, especialmente nas universidades e na cultura, “para a médio prazo tomar o poder” sem o uso de armas (ROCHA, 2020)¹⁰. O processo de desmobilização dos aparelhos repressivos, na conjuntura pós-AI-5, ajuda a explicar, segundo Rocha, o caráter ressentido contido nas teorias conspiratórias do trabalho conduzido sob o comando do general Leônidas Pires Gonçalves.

As demais produções editoriais vinculadas às memórias dos militares que se seguiram na esteira da redemocratização do país reproduziram, em maior ou menor grau, as linhas enunciativas do Orvil. Em títulos como *Brasil: sempre*, do tenente do Exército Marco Pollo Giordani (1986), publicado pela Tchê, e *Rompendo o silêncio*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1987), lançado pela Editerra, a atuação das Forças Armadas aparece como reação ou ação preventiva às tentativas conspiratórias de “tomada do poder” pelos comunistas, o que teria justificado, por exemplo, a deposição de Jango, em 1964, e a edição do AI-5, em 1968. Do mesmo modo, a repressão política fazia parte, na versão oficial, da “guerra revolucionária” em curso no Brasil. Ao analisar os enunciados elaborados por militares alinhados ao memorialismo do poder, Cardoso (2012, p. 126) busca extrair o eixo central de algumas dessas representações: “Se houve tortura nesse período da história brasileira foi pela necessidade de combate à “subversão””. Neste enquadramento, afirmam desconhecer os torturadores e procuram blindar os superiores hierárquicos da responsabilidade pela ordem de comando nos centros de sevícia.

Outra característica confere especificidade a esses relatos: o ressentimento direcionado aos opositoristas quanto à atribuição de responsabilidade exclusiva dos militares pelas violências cometidas entre 1964 e 1985.

Observam que receberam apoio de parte da sociedade civil no momento de instauração e durante o regime militar, notadamente das classes médias. (...) A literatura de denúncia, de cunho ‘esquerdizante’, não elegeu esse setor como seus interlocutores, culpabilizando apenas os

¹⁰ ROCHA, João Cezar de Castro. “O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza”. *Jornal Opção*. São Paulo. 08 de março de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-verbo-dominante-nos-vidEOS-dos-intelectuais-bolsonaristas-e-eliminar-e-o-substantivo-e-limpeza-239580/> Acesso 01 junho de 2021.

militares por todos os seus males. (...) Se houve equívocos e exageros na ‘guerra’, eles pensam poder partilhá-los com parcela da sociedade civil envolvida nas tramas do regime (ibidem)

Considerações finais: desdobramentos de uma ‘guerra’ continuada

A apropriação do passado, construída a partir de demandas do presente, tem sempre caráter seletivo e pressupõe operações de lembrança e esquecimento (POLLAK, 1989). A memória resulta então de um processo de ordenamento e de organização que vai definir, num jogo de luz e sombra, o que deve ser valorizado e o que deve ser negligenciado sobre os eventos do passado. Pollak percebe neste enquadramento uma forte relação entre a memória e a identidade. Decorre dessa análise, conforme o autor, uma das funções essenciais da memória: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

Ao tentarem estabelecer uma apropriação dominante sobre o passado rememorado, esses grupos também projetam “um futuro desejado” (GROPPO, 2015). Os livros, nesse sentido, constituíram-se como instrumento estratégico nas disputas sobre o que representou a ditadura no tecido social e nas instituições, com impacto sobre o modelo de Estado que deveria ser forjado durante o processo de redemocratização do país.

Para a direita autoritária, as produções editoriais que buscavam consolidar uma memória militar sobre o período se mantiveram às margens do debate público, sem legitimidade para impor a sua versão sobre os fatos, “caindo em um estado de ressentimento” (NAPOLITANO, 2015, p. 103), ante o predomínio de uma memória de resistência elaborada por aqueles que haviam sido derrotados pelas armas em 1964. As diretrizes principais estavam alinhadas a um projeto secreto do Centro de Inteligência do Exército em publicações de autoria de militares “linha-dura” contrários ao processo de abertura política.

Importa considerar, porém, que os processos envolvendo os trabalhos de memória são sempre fluidos e cambiantes, variando os graus de prevalência acerca de uma dada interpretação sobre o passado de acordo com a correlação de forças num determinado momento histórico. O projeto Orvil enunciava em suas disputas no plano cultural que, desde meados dos anos 1970, estava em curso no país uma quarta tentativa de tomada do poder, “a mais perigosa”, representada por um insidioso processo de infiltração comunista

nas instituições. Se tal representação não tinha lastro em bases factuais, acreditava-se superada numa visão determinista sobre o processo histórico ou mesmo era percebida como fantasiosa, na conjuntura de um esforço de conciliação nacional na transição política, é válido reforçar que todas essas questões tendem a ser secundárias sob o ponto de vista dos trabalhos de memória.

Laborie (2009, p. 85) adverte para o fato de que as “memórias são plurais, a palavra e a ideia são multiformes”. Com função militante, elas baseiam-se em formas de apreensão do vivido por forças sociais em permanente disputa pela retenção do passado. As memórias estão sujeitas assim a manipulações, presentificando o passado, fazendo deste uma construção provisória que pode ser atualizada, ou seja, passível de revisões. No trabalho de documentação de história oral do CPDOC/FGV, D’Araújo, Soares e Castro salientam que, na visão das Forças Armadas, “o comunismo renasceria a cada momento e de diferentes formas, e isso poderia ser um atestado a referendar a necessidade de eternização do ‘sistema’” (1994, p. 29).

Nas décadas subsequentes, livros escritos em primeira pessoa por atores que participaram diretamente da repressão política continuaram movimentando o mercado editorial, como *A verdade sufocada*, também de Brilhante Ustra (2006), ex-comandante do Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi) de São Paulo, um dos principais órgãos que compunham a comunidade de informações do Estado autoritário. Ustra respondia na ocasião a uma ação declaratória, apresentada pela família de Maria Amélia de Almeida Teles, na área cível. Presa em dezembro de 1972 pela Operação Bandeirantes (Oban), foi submetida a sessões de tortura, realizadas pessoalmente, segundo o seu depoimento, pelo então major do Exército. Em 2008, o militar foi o primeiro agente da ditadura a ser declarado torturador¹¹.

Em 17 de abril de 2016, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o então deputado federal Jair Bolsonaro evocou a luta contra o comunismo e dedicou seu voto à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Dilma foi presa e torturada durante os anos de repressão política. Como lembra

¹¹ Amelinha, como é conhecida, era militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) quando foi presa por agentes da Oban. O marido César Augusto Teles e Carlos Nicolau Danielli, outro militante do PCdoB, também foram presos e torturados por agentes do Estado. Danielli foi assassinado em um dos “interrogatórios”. Os dois filhos de Amelinha, Edson e Janaína Teles, conforme consta no processo, chegaram a ser sequestrados e levados a Oban, onde presenciaram a tortura contra os seus pais. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/>. Acesso 09 jun 2021.

Pedretti (2021), a procura por *A verdade sufocada* nas livrarias foi imediata, e o livro, publicado pela Editora Ser, passou a ocupar o topo no ranking dos mais vendidos.

Uma das mais recentes obras sobre o memorialismo militar, o livro *General Villas Bôas: conversa com o comandante* (2021), de autoria do pesquisador Celso Castro, expressa o descontentamento das Forças Armadas em relação às políticas públicas relacionadas ao direito à verdade, em especial à implantação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o governo Dilma¹². Ao contrário do que ocorrera no pacto de conciliação proposto na Lei de Anistia, inviabilizando punições ou julgamento público sobre perseguições, torturas e desaparecimentos políticos, a atuação da CNV representaria, para Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército entre 2015 e 2019, um novo ponto de inflexão na relação dos militares com a sociedade civil. Na obra, lançada pela Editora FGV, o general retoma o discurso de desqualificação da Comissão da Verdade na chave do “revanchismo”, narrativa em permanente processo de atualização.

A publicação também se constitui em fonte documental inédita ao apresentar a visão da cúpula militar sobre um dos episódios mais emblemáticos na disputa eleitoral em 2018 para a Presidência da República. Em 3 de abril de 2018, às vésperas da votação do habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) do então candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o general Villas Bôas postou um tuíte direcionado à corte: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. Segundo o comandante, o posicionamento foi redigido coletivamente por integrantes da alta cúpula do Exército. Lula ficou preso por 580 dias na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba e impedido de concorrer ao pleito. O substituto Fernando Haddad foi derrotado no 2º turno por Bolsonaro.

Sem descartar a influência das Forças Armadas na construção de um projeto militarizado que se consubstancia no atual governo, entendemos que a investigação exige, não obstante, um aprofundamento quanto à produção do consenso que dê conta de explicar o endosso de segmentos expressivos da sociedade ao retorno dos militares ao centro do poder. Partimos do princípio de que não há apenas operações de manipulação

¹² Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, instituída em 16 de maio de 2012 com o objetivo de apurar as violações dos direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso 09 jun 2021

nos processos de hegemonia, antes consentimento. Desde o início da República, parcelas da população expressam demandas por exceção, independentemente de regimes políticos, sejam eles autoritários ou não. Como propõe a recente historiografia sobre o regime militar, a sociedade deve enfrentar o processo doloroso de refletir sobre si mesma em face do autoritarismo. Conforme Rollemberg e Quadrat (2011, p. 17)

Se a resistência e a memória da resistência sempre identificaram as ditaduras à tirania, veremos como, não raramente, estas foram reivindicadas até mesmo como salvadoras da própria democracia, dos valores nacionais e sociais, como o único caminho, o fio condutor da transformação radical da sociedade. Em diferentes circunstâncias, a democracia é que foi rejeitada (ibidem).

No caso brasileiro, entendemos que o esquecimento imposto pelo processo de anistia ajuda a explicar os motivos pelos quais os acontecimentos do passado ditatorial estejam manifestos na realidade contemporânea do país. A extrema-direita, revigorada com a eleição de Jair Bolsonaro, retomou nas ruas reivindicações de cunho autoritário, com manifestações e atos simbólicos contra as instituições democráticas e em defesa da intervenção militar e do retorno do AI-5.

Das ruas aos gabinetes, ministros militares que integram o atual establishment político reforçam uma concepção revisionista da ditadura, que podem ser observadas em notas públicas, registros oficiais do nosso momento histórico. A Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964, publicada neste ano pelo recém-empossado ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, em meio às tensões com a saída do general Fernando Azevedo e Silva da pasta e a substituição dos comandantes das três forças, menciona o apoio da sociedade civil ao “movimento de 31 de março de 1964”, atribuindo-lhe o papel de “pacificar o país (...) e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos”. O texto termina com um tom de exaltação: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março”¹³.

¹³ Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021> . Acesso 09 junho 2021

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas (BA): UFRB, 2012.

CASTRO, Celso. **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015, pp. 157-182.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; e CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a ditadura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?**. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GINZBURG, Jaime. “Escritas da tortura”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 133-149.

GROPPO, Bruno. “O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015, pp. 39-56.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LABORIE, Pierre. “Memória e opinião”. In: AZEVEDO, Cecília [et al.]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 79-97.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. “Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015, pp. 93-106.

PEDRETTI, Lucas. “A batalha da memória”. Quatro cinco um. São Paulo. 22 de abril de 2021. Disponível em: https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/artigos/laut/a-batalha-da-memoria?fbclid=IwAR2UpjUHCgionryw8PDeObqk_lvP0KmwLsZwHaWzHwZc0ZbpcGep99XTKR0

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Este imprevisível passado”. Teoria e Debate. São Paulo, 01/07/1996. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/1996/07/01/este-imprevisivel-passado/>

ROCHA, João Cezar de Castro. “O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza”. Jornal Opção. São Paulo. 08 de março de 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-verbo-dominante-nos-videos-dos-intelectuais-bolsonaristas-e-eliminar-e-o-substantivo-e-limpeza-239580/>

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. **Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. São Paulo: Global, 1980.